



# Anais da Assembléia

Nº 041

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE ABRIL DE 1991

ANO XVII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 30.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1991  
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado João Arruda, secretariada pelos Senhores Deputados Ademar Traiano e Albino Corazza.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Heinz Herwig, José Artur Ritti, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Nilton César Servo e Rafael Greca de Macedo (08).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (João Arruda) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Ofício:

Ofício nº 23/91

Curitiba, 19 de abril de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, para apreciação por esta augusta Casa de Leis, o incluso Substitutivo Geral ao Anteprojeto de Lei, anteriormente encaminhado, através do ofício

nº 21/91 GS-GP, desta Presidência, incluindo novas deliberações, aprovadas pelo órgão especial deste Tribunal de Justiça em 12 de abril do corrente, objetivando a criação de cargos administrativos no Tribunal de Alçada.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

(a) LUÍS RENATO PEDROSO  
Presidente

## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Como justificativa para a pretensão de criação de cargos nos grupos ocupacionais de apoio administrativo e de manutenção e ofícios na Secretaria do Tribunal de Alçada, lembramos que foi aumentado o número de seus Juizes de vinte e cinco para quarenta e nove, com isso dobrando seus Órgãos Julgadores, que passaram de quatro para oito Câmaras Cíveis, de duas para quatro Câmaras Criminais, de dois Grupos de Câmaras Cíveis para quatro e de um Grupo de Câmaras Criminais para dois, sem dotar sua Secretaria da infra-estrutura necessária para tal.

O aumento de cargos das classes de Auxiliar e Oficial Judiciário - que em suas funções têm como principal atribuição o serviço de datilografia - é imperativo, pois as estruturas administrativas devem acompanhar, mesmo que de longe, a dos Órgãos Julgadores.

Como consequência do aumento do número de sessões, três consecutivas ao dia, e a demanda de serviços que isto acarreta nos demais setores, pretende-se a criação da classe de Agente de Serviços Gerais, a quem são atribuídas as funções de auxiliar de sessões, levar e trazer autos e papéis, bem como outros pequenos serviços.

## SUBSTITUTIVO GERAL AO ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, composto de cargos de provimento efetivo e em comissão, é alterado na forma dos Anexos II e IV, que integram esta Lei.

Art. 2º - O número, níveis e símbolos de vencimentos dos cargos passam a ser os constantes dos precitados Anexos, ficando distribuídos de acordo com as respectivas Tabelas.

Art. 3º - Como consequência das modificações introduzidas por esta lei, ficam criados no Quadro de Funcionários da

Secretaria do Tribunal de Alçada, os seguintes cargos:

**I - CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

- nível 3  
01 (um) - Oficial Judiciário - PJ-I
- nível 4  
02 (dois) - Oficial Judiciário - PJ-I
- nível 5  
03 (três) - Oficial Judiciário - PJ-I
- nível 6  
04 (quatro) - Oficial Judiciário - PJ-I
- nível 7  
01 (um) - Auxiliar Judiciário - PJ-I
- nível 8  
03 (três) - Auxiliar Judiciário - PJ-I
- nível 9  
05 (cinco) - Auxiliar Judiciário - PJ-I
- nível 10  
07 (sete) - Auxiliar Judiciário - PJ-I

nível 10

04 (quatro) - Agente de Serviços Gerais - PJ-I- nível 10

06 (seis) - Agente de Serviços Gerais - PJ-I- nível 11

Art. 4º - Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada 03 (três) cargos de provimento em comissão de Assessor de Recursos, todos com a simbologia DAS-4.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Tribunal de Alçada.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GRUPO OCUPACIONAL DE MANUTENÇÃO E OFÍCIOS  
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

**ANEXO IV**

**TABELA I**

| SITUAÇÃO ANTERIOR |       |                           |              | SITUAÇÃO ATUAL |                           |              |
|-------------------|-------|---------------------------|--------------|----------------|---------------------------|--------------|
| Ref.              | Nível | Denominação dos Cargos    | Nº de Cargos | Nível          | Denominação dos Cargos    | Nº de Cargos |
| PJ-I              | 6     | Agente de Serviço Externo | 5            | 6              | Agente de Serviço Externo | 5            |
| PJ-I              | 7     | Agente de Serviço Externo | 4            | 7              | Agente de Serviço Externo | 4            |
| PJ-I              | 10    | Agente de Conservação     | 6            | 10             | Agente de Conservação     | 6            |
| PJ-I              | 11    | Agente de Conservação     | 6            | 11             | Agente de Conservação     | 6            |
| PJ-I              | 10    | Copeiro                   | 3            | 10             | Copeiro                   | 3            |
| PJ-I              | 11    | Copeiro                   | 2            | 11             | Copeiro                   | 2            |
|                   |       |                           |              | 10             | Agente de Serviços Gerais | 4            |
|                   |       |                           |              | 11             | Agente de Serviços Gerais | 6            |

**GRUPO OCUPACIONAL DE APOIO ADMINISTRATIVO  
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

**ANEXO II**

**TABELA I**

| SITUAÇÃO ANTERIOR |       |                        |              | SITUAÇÃO ATUAL |                        |              |
|-------------------|-------|------------------------|--------------|----------------|------------------------|--------------|
| Ref.              | Nível | Denominação dos Cargos | Nº de Cargos | Nível          | Denominação dos Cargos | Nº de Cargos |
| PJ-I              | 3     | Oficial Judiciário     | 8            | 3              | Oficial Judiciário     | 9            |
| PJ-I              | 4     | Oficial Judiciário     | 7            | 4              | Oficial Judiciário     | 9            |
| PJ-I              | 5     | Oficial Judiciário     | 7            | 5              | Oficial Judiciário     | 10           |
| PJ-I              | 6     | Oficial Judiciário     | 6            | 6              | Oficial Judiciário     | 10           |
| PJ-I              | 7     | Auxiliar Judiciário    | 8            | 7              | Auxiliar Judiciário    | 9            |
| PJ-I              | 8     | Auxiliar Judiciário    | 6            | 8              | Auxiliar Judiciário    | 9            |
| PJ-I              | 9     | Auxiliar Judiciário    | 6            | 9              | Auxiliar Judiciário    | 11           |
| PJ-I              | 10    | Auxiliar Judiciário    | 5            | 10             | Auxiliar Judiciário    | 12           |

## Requerimentos:

## REQUERIMENTO N° 829-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da sessão do dia 22, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23.04.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

## REQUERIMENTO N° 851

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia por 10 sessões do Projeto de Resolução n. 17/91, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Iguatemi.

Sala das Sessões, em 23.04.91.

(a) JOÃO PREIS

## JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se justifica porque o projeto de resolução é evasivo em relação aos requisitos mínimos de criação do município previstos na legislação complementar que disciplina a criação de novos municípios, utilizando-se de sofismas, os nobres proponentes do desmembramento de Maringá, na realidade um retalhamento daquele importante município-polo, arguíram que irão juntar os comprovantes por ocasião da proposta de criação do município.

Mas isso só ocorrerá, hipoteticamente depois que a população do Distrito for chamada a plebiscito e depois que foi movimentada uma custosa e difícil máquina judiciária e administrativa para a convocação do plebiscito, que além do mais acenderá falsas expectativas de uma emancipação que, afinal se provará inviável, porque Iguatemi não guarda os padrões da lei complementar para se tornar unidade autônoma, eis que possui menos de 5 (cinco) mil habitantes, tem contiguidade territorial em relação à sede de Maringá e nem mesmo sua população pleiteia a citada separação.

Tanto que a proposta não foi subscrita por representantes da região, mas por parlamentares de fora que, embora constitucionalmente tenham jurisdição sobre todo o território estadual, não deixam de ser estranhos ao quadro municipal de Maringá.

Por fim, é preciso que esta Assembléia elimine, de vez, a criação descriteriosa de novos municípios, objeto de pro-

testo da opinião pública em períodos passados, porque corremos o risco de retalhar o Paraná em territórios minúsculos, inviáveis, verdadeiros minifúndios políticos.

## REQUERIMENTO N° 863

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, desta Casa, REQUER, votos de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Doutor Abdon Augusto Araújo, pai da esposa do Senhor Dr. Antonio Lopes de Noronha - Digníssimo Procurador da Justiça, falecimento que ocorreu em data de 20 deste mês.

Outrossim, após aprovação deste, requero a Mesa, que seja dada ciência às famílias enlutadas, nos seguintes endereços: - Ao Senhor e Senhora Noronha - na Avenida Getúlio Vargas, 3470 e a viúva Senhora Nyette Infante Araújo - Avenida Silva Jardim, 2880, nesta Capital.

Informo, também, que segue em anexo ao presente o "Curriculum Vitae" do Senhor Dr. Abdon Augusto Araújo.

Sala das Sessões, em 23.04.91.

(a) JOSÉ TAVARES

## REQUERIMENTO N° 865

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, fundados no disposto no art. 132, § 3°, inciso VII, do Regimento Interno, Requerem, após ouvido o Plenário, autorização desta Assembléia para ausentarem-se do País, no período compreendido entre os dias 24 e 30 do corrente mês, quando acompanharão o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado à República do Paraguai, com a finalidade de manterem contatos com autoridades daquele Estado, sem ônus para este Poder.

Sala das Sessões, em 23.04.91.

(aa) ORLANDO PESSUTI, DOBRANDINO DA SILVA, NILTON BARBOSA, EDSON SILVA LINO, RENATO ADUR E GERALDO CARTÁRIO.

## REQUERIMENTO N° 858

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a inclusão nos Anais desta Casa, votos de congratulações à Folha de Irati, pelos seus 18 anos de fundação, dirigidos os seus cumprimentos aos Senhores Anselmo Van der Neut e Romeu Ribeiro Batista Júnior.

A Folha de Irati caminha para a sua segunda década de existência, um jornal marcado pelo permanente compromisso com a Região, Centro-Sul. Os meios de comunicação, mais do que nunca, devem se voltar à

modernidade, não mais limitando-se ao mero registro dos acontecimentos, mas refletindo sobre cada momento. Assim tem sido a "Folha", que estabeleceu ao longo destes anos todos, uma profunda revelação com a vida cultural, política e econômica daquela vasta e promissora região.

Sem dogmatismo, sem tomar partido e sem ideologismo, a Folha de Irati sempre soube assumir, com seriedade e competência, a missão de informar e de abrir espaço para a defesa de causas que representem a liberdade e o desenvolvimento da sua população.

Desta forma, Senhor Presidente e Senhores Deputados, registramos com enorme satisfação os 18 anos da Folha de Irati, cumprimentando a todos os que, direta ou indiretamente, contribuem para um jornal indispensável, onde pulsa a dinâmica social.

Sala das Sessões, em 23.04.91.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 852

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o envio de expediente para votos de solidariedade ao Jornal Folha de São Paulo, vítima de processo de intimidação por parte do Governo Federal.

Sala das Sessões, em 23.04.91.

(a) DR. ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

Uma das principais características de um regime democrático é a mais ampla liberdade de imprensa, a possibilidade dos cidadãos expressarem livremente as suas opiniões e formularem abertamente suas discordâncias para com o governo.

Não há como negar, portanto, o papel fundamental da imprensa na consolidação da democracia. No mesmo sentido, qualquer limitação que se imponha à livre atuação da imprensa, seja através da censura, da auto-censura ou de intimidação, se constitui em um ataque à democracia.

Pautados por estes princípios, queremos refutar e condenar a política de intimidação que o Governo Federal vem desenvolvendo contra a Folha de São Paulo. A invasão das dependências da Folha por policiais federais no ano passado, bem como os processos que o governo move contra o jornal são, ao nosso ver, perigosos ataques à liberdade de opinião.

Não podemos mais ser coniventes com a tradicional prática dos governantes brasileiros perante uma denúncia que envolva atos do governo - como no caso da Folha com o Governo Collor - em que ao invés de se apurar a denúncia, trata-se o denunciante como criminoso.

Baseados nestas considerações, estamos

apresentando à douta Mesa Executiva requerimento para que sejam enviados votos de solidariedade ao jornal Folha de São Paulo, na pessoa de seu Diretor de Redação, Otávio Frias Filho.

#### REQUERIMENTO N° 850

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de votos de louvor, pelo "trote" diferenciado, ocorrido em Londrina, recentemente, por ocasião da recepção aos calouros de Medicina Veterinária, da Universidade de Londrina, onde o trote convencional foi substituído por uma campanha de conscientização para a "DOAÇÃO DE SANGUE".

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos membros da Comissão Organizadora do referido "trote", através de correspondência a ser encaminhada para:

HELTON PORFÍRIO DA SILVA

MARIÂNGELA PEREIRA DE PINHO

CARIVALDO ARANTES RIBEIRO JÚNIOR

RODRIGO APARECIDO MISABEL GUSMÃO

REMENEGILDO JR FERRETO

Universidade Estadual de Londrina

Curso de Medicina Veterinária

Caixa Postal n° 2266 - Londrina - Pr.

Sala das Sessões, em 23.04.91

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 847

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer o encaminhamento de solicitação oficial ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública e ao Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, objetivando a realização de estudos para a transformação do 4° Batalhão da Polícia Militar sediado em Maringá, em Batalhão Metropolitano.

Sala das Sessões, em 23.04.91

(a) JOÃO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

A transformação do 4° BPM/Mgá em Batalhão Metropolitano compreende uma real necessidade, e virá ao encontro de uma antiga reivindicação da população, para que possa ser coibida a escalada da violência que vem se verificando na Região.

#### REQUERIMENTO N° 848

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer após ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial objetivando a reativação do Posto de Atendimento do DETRAN, no município de Sarandi, que se encontra desativado.

Sala das Sessões, em 23.04.91

(a) JOÃO PREIS

## JUSTIFICATIVA:

Além de proporcionar maior conforto aos cidadãos de Sarandi, essa providência evitará sobrecarga de trabalho ao Departamento de Maringá, que já polarizava vasta região.

A descentralização desses serviços é fundamental para garantir maior eficiência aos serviços prestados, haja vista, que Sarandi apresentou considerável crescimento em todos os setores que dentre os diversos reflexos, fez aumentar amplamente o número de veículos, cuja circulação intensa tem ocasionado vários transtornos e acidentes no tráfego.

A medida visa oferecer maior segurança e tranqüilidade para a população do Município.

## REQUERIMENTO N° 849

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado solicitação oficial ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano objetivando estudos para a perfuração de um poço semi-artesiano no Jardim Independência, 2ª parte, próximo a subestação da Copel, no município de Sarandi.

Sala das Sessões, em 23.04.91

(a) JOÃO PREIS

## JUSTIFICATIVA:

Haja vista que Sarandi conta hoje com uma população de aproximadamente 80.000 habitantes, distribuídos em 45 bairros, sendo insuficiente a manutenção de água com os poços existentes.

Seguramente, por se tratar de uma justa aspiração do povo trabalhador de Sarandi, onde muitas famílias desejam ter abastecimento de água em suas residências, aguarda-se dessa Secretaria a atenção esperada.

## REQUERIMENTO N° 845

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER que seja enviado expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Meio Ambiente, solicitando sejam incluídas nas prioridades da Secretaria a recuperação e conservação do Ribeirão Bandeirantes do Norte que abastece o município de Rolândia.

Sala das Sessões, em 23.04.91

EURIDES MOURA

## JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo no fato de se pretender recuperar e conservar um

ribeirão que serve de manancial para abastecimento de água potável, na cidade de Rolândia.

O Ribeirão Bandeirantes do Norte nasce no vizinho município de Arapongas e adentra o município de Rolândia, onde se encontra a estação de captação e tratamento da SANEPAR.

Em seu trajeto, recebe despejo de frigorífico, resíduos de agrotóxicos e descargas de esgotos sanitários, que comprometem sobremaneira a qualidade da água consumida pela população.

Pelas razões expostas, espera-se da Secretaria do Meio Ambiente a coordenação de ações conjuntas entre Secretarias e municípios envolvidos para combater a erosão, recompor as matas ciliares, coibir os despejos e dar nova vida ao Ribeirão Bandeirantes do Norte, dotando a região de uma água verdadeiramente potável, mormente nesta época de ameaças de epidemias.

## REQUERIMENTO N° 853

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR - Companhia Telefônica do Paraná, no sentido da colocação de telefones públicos na municipalidade de MALLET.

Há muitos anos incompatível com o porte e necessidade da população, o município de MALLET tem urgência na colocação de novos telefones para uso público. A título de ilustração, a Avenida Barão do Rio Branco vem pleiteando a colocação de tal equipamento, havendo inclusive um abaixo-assinado na Regional sediada em Guarapuaça, conforme informa o nobre Vereador Renato Zapszalka.

Que essa Companhia faça o levantamento apropriado e, no menor prazo de tempo possível, adote medidas condizentes.

Sala das Sessões, em 23.04.91

(a) TOTI COLAÇO

## REQUERIMENTO N° 859

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, com a finalidade de reivindicar a destinação de recursos financeiros para o Hospital de Caridade do Município de REBOUÇAS.

Consubstanciado na iniciativa do Prefeito Municipal, o Senhor Jerônimo Cabral Perussolo, o mencionado Hospital, além da população de Rebouças, atende também as comunidades circunvizinhas, notadamente as

peças de menor poder aquisitivo que, mesmo sem condições financeiras, são atendidas indistintamente. Tal assistência significa a manutenção de uma pesada conta para a sua manutenção, cujo ônus o Poder Público local e a sociedade não têm podido mais arcar. Ademais, há a real e urgente necessidade de se realizar a aquisição de novos equipamentos, de pediatria, cirúrgicas, ambulatoriais e de saneamento, a fim de promover a substituição de instrumentos obsoletos ou a colocação de novos recursos, conforme a relação em apenso.

Em face da exposição de motivos, aguarda-se, com grande expectativa, que esse Ministério dê um parecer favorável a tão importante e indispensável pleito, uma justa aspiração daquela laboriosa comunidade.

Sala das Sessões, em 23.04.91

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 860

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Superintendente da Polícia Federal, no sentido de solicitar providências para instalação e implantação de Delegacia de Polícia Federal no município de Guarapuava, neste Estado.

Sala das Sessões, em 23.04.91

(a) CEZAR SILVESTRI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento fundamenta-se no fato de que o município de Guarapuava, o maior em extensão no Estado do Paraná, pólo da microrregião do Centro Oeste, atualmente abrigando mais de 500 mil habitantes, fica às margens da BR 277, rodovia que faz a ligação do nosso Estado com o vizinho Paraguai, sendo, portanto, passagem obrigatória de contrabandistas, ladrões de automóveis e principalmente traficantes de drogas.

Saliente-se, ainda, que a região é grande centro produtor, onde residem e trabalham emigrantes de várias etnias, que normalmente necessitam da Polícia Federal para constantes viagens ao exterior.

Assim é, que o povo ordeiro e trabalhador da Região Centro Oeste, vem há tempos reivindicando uma Delegacia da Polícia Federal em Guarapuava, que além de atender suas necessidades, viria prevenir um possível aumento de criminalidade, dado a eficiência e o respeito que inspira aquela organização policial na prevenção e combate ao crime organizado.

#### REQUERIMENTO N° 861

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente à Presidência da TELEPAR, no sentido de solicitar providências para implantação de rede telefônica, no Complexo - Agroindustrial e Terminal Ferroviário na localidade Entre Rios, município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 23.04.91

(a) CEZAR SILVESTRI

#### JUSTIFICATIVA:

A Cooperativa Agrária Mista Entre Rios instalou na Região de Guarapuava um grandioso complexo agroindustrial e terminal ferroviário, orgulho da Região e de nosso Estado, tendo sido declarada oficialmente como Distrito Industrial.

Não obstante isso, insiste a TELEPAR em considerar aquele local como área rural. Esta vem se negando à instalação e implantação de rede telefônica na localidade, sob a alegação de que esta localiza-se além da área básica de atendimento da Companhia, não podendo dessa forma, arcar com os custos de implantação e manutenção da rede.

É nosso entendimento que cabe ao Poder Público prover as condições mínimas de infra-estrutura, notadamente no caso de projeto de tamanha envergadura e reflexos econômico-sociais, que vem beneficiando em muito a Região de Guarapuava e demais municípios circunvizinhos.

Saliente-se ainda, que já foi adquirida área contígua, o que irá aumentar em muito a demanda de ligações telefônicas.

Aí, nossa solicitação, pois há que se diferenciar um complexo agroindustrial e terminal ferroviário daquela magnitude, de uma simples área rural, não desmerecendo, entretanto a importância e as funções desta última.

#### REQUERIMENTO N° 855

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente ao Excentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e ao Senhor Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, no sentido da utilização da farinha de milho na composição da merenda escolar.

Valendo-se da iniciativa da Associação das Indústrias de Farinha de Milho do Paraná, a presente proposta é com o intuito de haver uma melhor utilização da farinha de milho na composição da merenda escolar distribuída à Rede Pública Estadual, haja vista os elevados nutrientes contidos nela, assim como o custo, muitas vezes inferiores a outros produtos.

Assim sendo, dada a grande disponibilidade da farinha de milho no Paraná, es-

Curitiba, terça, em 23.04.91

pera-se a acolhida deste pedido, encaminhado pelo Secretário Executivo da referida entidade, o Senhor Nelson Bakaus.

Sala das Sessões, em 23.04.91

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 856

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, com a finalidade da pavimentação asfáltica ligando os municípios de IRATI e INÁCIO MARTINS.

Entre outros aspectos de grande importância, seguramente que o transporte rodoviário constitui em um fator imprescindível como uma estrutura na qual se acentam as bases do progresso. O Centro-Sul, região que não tem faltado com a sua preponderante parcela na produção de riquezas obtidas por este Estado, luta há mais de vinte anos pelo asfaltamento entre IRATI e INÁCIO MARTINS, cujo trecho já recebeu pavimentação até o distrito de Guamirim, restando cerca de 25 quilômetros, hoje percorridos em condições extremamente precárias, em prejuízo especialmente no escoamento da erva-mate, madeira, bovino-cultura (de corte e de leite) produtos que nem sempre chegam aos grandes centros consumidores.

Não se trata de mais uma rodovia, mas sim de pôr fim no isolamento da INÁCIO MARTINS a IRATI e conseqüentemente a outras regiões do Estado, promovendo assim a integração econômico-social que se ampliaria à medida em que, diminuindo as distâncias, se aproximarão aquelas laboriosas comunidades.

Sala das Sessões, em 23.04.91

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 857

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhada correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, com o intuito do destacamento policial para Rio Claro, Distrito Administrativo pertencente à municipalidade de MALLET.

Com mais de três mil moradores, Rio Claro é uma comunidade caracterizada por sua produção agrícola, contribuindo com inestimável parcela no seu contexto municipal. Neste sentido, dentre outros pedidos encetados pelo Distrito, consta com destaque o destacamento de policiais para, permanentemente, guardarem residências, comércio, e as propriedades rurais, inúmeras

vezes a mercê da ação criminosa.

Atendendo a proposição do nobre Vereador Hugo Bisczczad, que este apelo encontre a necessária acolhida junto à essa Pasta, sendo adotadas as providências cabíveis.

Sala das Sessões, em 23.04.91

(a) TOTI COLAÇO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 148/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Acrescente-se onde couber os artigos abaixo relacionados à Lei n. 9.295, que cria a Universidade do Centro-Oeste do Paraná, sancionada em 13.06.90 e publicada no Diário Oficial n. 3.286 de 15.06.90.

Art. 2° - Ficam criados os cargos correspondentes aos atuais servidores, que na data de 05.10.88 possuíam vínculo empregatício com uma das instituições incorporadas e que não sofreram interrupção contratual após essa data.

Art. 3° - Ficam criadas, também, as vagas correspondentes aos atuais servidores contratados após 05.10.88 para serem providas mediante concurso público.

Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.04.91.

(aa) ARTAGÃO MATTOS LEÃO e TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Com o advento da nova Constituição os direitos dos servidores daquela instituição ficaram resguardados. Ocorre que por ser fruto de uma fusão, os servidores que desempenhavam funções análogas, necessitam de uma equiparação para que seja corrigida esta injustiça, onde segundo Rui Barbosa "... tratar iguais com igualdade, eis o princípio de isonomia.

Esta é a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 149/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O art. 10, da Lei n. 8933, de 26 de janeiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 - Não integra a base de cálculo do imposto o montante do:

I - .....

II - .....

III - acréscimo financeiro cobrado nas

vendas a prazo, para consumidor final.

§ 1º - a exclusão de que trata o inciso III, é condicionada:

1) - à indicação, no documento fiscal relativo à operação, do preço a vista e dos acréscimos financeiros;

2) - a que o valor do acréscimo financeiro a ser excluído, não exceda, ao valor resultante da aplicação da TAXA REFERENCIAL - TR (ou outro índice oficial que venha a substituí-lo), fixada para o mês em que ocorrida a venda a prazo, acrescida de 1 (um) ponto percentual, sobre o valor do preço a vista;

3) - o acréscimo financeiro que exceder ao valor da TR+1% ao mês, será tributado pelo valor total da venda a prazo, de acordo com a legislação vigente;

4) - a que a base de cálculo mínima do imposto, deduzido o acréscimo financeiro, não seja inferior ao valor do preço de tabela, no caso de mercadoria com preço de venda estabelecido pelo fabricante ou fixado pela autoridade competente.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.04.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI

ALBINO CORAZZA

#### JUSTIFICATIVA:

Atualmente os pequenos e médios comerciantes vêm sendo altamente injustiçados pela legislação vigente do ICMS, ao contrário das empresas que têm o respaldo de financeiras, as quais financiam as vendas a prazo, enquanto o pequeno comércio é obrigado a auto financiar suas vendas, com seus poucos recursos, o que a médio prazo irá, invariavelmente descapitalizá-lo.

Ocorre que, com a atual legislação o ICMS é cobrado indistintamente sobre o valor final da Nota Fiscal. Assim, no caso do pequeno comerciante, se a venda for efetuada a prazo, o ICMS é cobrado sobre o valor final da venda, isto é, o preço a vista + o acréscimo financeiro. Exemplificando: se o preço a vista é 100, soma-se o acréscimo financeiro de 50, emite-se a Nota Fiscal por 150, valor sobre o qual será cobrado (antecipadamente) o ICMS, quando na verdade o comerciante irá receber os 150 em um prazo de 60 dias, em 3 parcelas de 50.

No caso das empresas que se utilizam de financeiras, isto não ocorre, eis que se emite a nota pelo preço a vista de 100, sobre o qual paga-se o ICMS, recebendo o valor total a vista da financeira, que receberá parceladamente do consumidor em operação sobre o qual não incide o ICMS.

Está clara a injustiça ao pequeno comerciante, que além de ter que esperar para receber as parcelas de suas vendas a

prazo, ainda tem que recolher, antecipadamente, um imposto superior ao que recolhem as empresas que se utilizam de financeiras.

Pretende o presente projeto, além de minimizar as disparidades ora ocorrentes, acabar com uma prática bastante utilizada pelos pequenos e médios comerciantes, que invariavelmente, vêm sonegando o ICMS, eis que para fugir da tributação do valor final da Nota Fiscal (preço a vista + acréscimo financeiro), emitem a Nota Fiscal pelo preço a vista e recebem as parcelas através de cheques pré-datados que somam o valor final da venda, numa flagrante burla ao fisco.

Além disso, há que se salientar que outros Estados da Federação já vêm adotando modelo semelhante, por considerá-lo mais eficiente e justo, caso específico do vizinho Estado de Santa Catarina, que desde janeiro de 1989 já previa em sua legislação algo parecido, depois aperfeiçoado por recente Decreto Governamental, datado de março do corrente ano.

Em recente reportagem, a Revista Exame nos dá conta de que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, criou uma comissão especial para estudo deste assunto. Diz o artigo:

"Uma idéia simples e talvez por isso jamais cogitada começa a se viabilizar - a separação, nas notas de venda na cadeia de produção das mercadorias entre preço e custo do dinheiro. Hoje ambos se confundem nas notas fiscais e é sobre esse valor total que incide a cobrança de impostos como IPI e ICMS. Descontada num banco, tal duplicata pagará juros sobre um valor onerado de impostos. Resultado: as empresas colocam um adicional sobre seus preços a fim de compensar esse acréscimo de custos. A solução que se imagina prevê a cobrança da parcela de juros à parte da duplicata. A ministra Zélia Cardoso de Mello gostou da idéia, que vem sendo aprimorada por uma comissão criada no âmbito da FIESP. Se aprovada, pode-se esperar uma redução global de custos na economia".

Finalmente, pelo exposto, conclui-se que tal medida é anti-inflacionária, na medida em que limita, para isenção do imposto, o valor do acréscimo financeiro; considerando-se também, que deverá ocorrer acréscimo de arrecadação, eis que se pretende acabar com a prática do cheque pré-datado nas vendas a prazo, evitando-se essa forma de sonegação.

#### PROJETO DE LEI Nº 150/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade

Curitiba, terça, em 23.04.91

Pública a Associação das Damas de Caridade de Arapongas, com sede e foro na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.04.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação a que se refere o presente projeto, teve seus estatutos consolidados em 25 de junho de 1981, e registrou-se no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Arapongas, (Livro "A", n. 2840) em 02 de fevereiro de 1982, bem como está registrada no Conselho Nacional de Serviço Social do Ministério da Educação (Proc. 23025.002626/90-34) e sob n. 2021/90 na Secretaria de Trabalho e Assistência Social do Paraná. Através do Decreto Municipal n. 107/88, de 26.09.88 de Arapongas-PR., teve reconhecida sua Utilidade Pública no âmbito municipal.

De inspiração católica, cumpre-lhe observar os preceitos do Direito Canônico, porém não faz distinção, quando de seus objetivos, de credo religioso, raça ou cor e nem opinião política.

Tem por finalidade precípua a promoção, desenvolvimento e difusão da prática da assistência social junto à comunidade.

Proporciona assistência ao menor carente, instituindo creches, lares ou organismos apropriados a sua proteção. Colabora com obras e iniciativas beneficentes e meritórias. Empreende e estimula o espírito de caridade cristã entre seus associados e a comunidade e procura estimular o aprimoramento moral, intelectual e espiritual da população.

Presta e quer continuar prestando seus serviços junto à sociedade araponguense onde se lhe é reconhecida a relevância dos seus serviços.

Por cumprir as formalidades legais e as razões de sua existência, nada mais justo que seja reconhecida a sua característica de Utilidade Pública, e se lhe dê o mérito pelas suas virtudes.

**Projeto de Lei Complementar:**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 147/91**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - O § 2º do artigo 2º da Lei Complementar n. 56/91 de 18 de fevereiro de 1991, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 2º - .....

I - .....

II - .....

III - .....

§ 1º - .....

§ 2º - Os requisitos dos incisos I e III, serão apurados por órgão competente no Estado, e o número II, pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.04.91.

(a) ANIBAL KHURY

**JUSTIFICATIVA:**

A presente medida justifica-se pela inexistência de um órgão estadual, com a competência de apurar a população estimada e o eleitorado dos municípios a serem criados. E, conforme Lei Complementar Federal n. 59, de 22/12/88 compete ao IBGE, no âmbito nacional, a apuração dos referidos dados e dá nova redação ao parágrafo 3º do art. 91 da Lei n. 5172, de 25.10.66 - Código Tributário Nacional - estabelecendo que caberá ao IBGE fornecer ao Tribunal de Contas da União - TCU, anualmente, dados oficiais de população dos municípios, ou outro órgão federal no Estado o levantamento dos municípios a serem criados.

O SR. PRESIDENTE (João Arruda) - Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem, dia 22 de abril, 491 anos após a chegada de Cabral ao Brasil.

Há 491 anos atrás o Brasil tinha 6 milhões de índios, e de lá para cá essa população vem diminuindo dia-a-dia graças à convivência de muita gente. Essa população vem diminuindo dia-a-dia por assassinatos pelos brancos, pela civilização, e usando de muitas armas: usando a arma da fome, a arma da aculturação, a arma de bugigangas, venenos e doenças e a arma de fogo, como metralhadora e revólver. E usando a arma das leis, que aí torna o genocídio legal, usando a arma da convivência, usando a arma do pretexto de que não está prestando a atenção na sessão e vota contrário à formação de comissões que poderiam fazer um estudo da situação indígena no nosso Estado.

Usa as armas da lei e a irresponsabilidade, a irresponsabilidade de governantes e de pessoas que ocupam cargos eletivos e que vêm para esta Casa de Leis e que não sabem o que votam.

Nós sabemos que o fato que ocorreu ontem é de entristecer muitas pessoas. E a tristeza não é só do fato de ontem: é a tristeza do Brasil. Basta olhar às ruas, basta olhar às nossas avenidas a prostituição e as crianças abandonadas; os ve-

lhós que deveriam gozar de aposentadoria e os doentes; a fome e a mendicância. Isso também é resultado da arma considerada legal, a arma da lei, a arma do capitalismo, em que só se busca o lucro; se o trabalhador for útil para o lucro, ele me é útil; se o índio for útil para o meu meio, ele é útil para mim; se o índio for útil para chegar ao meu fim, que é a busca do lucro, aí ele é útil para o branco, para a civilização.

Hoje nas ruas, são pobres índios e negros que estendem as mãos por um prato de comida; são índios que se ajoelham aos pés dos poderosos para ter o direito de comer, o direito de viver, e eram direitos que começavam a ser perseguidos no Brasil há 490 anos atrás. Hoje a vida do índio não vale um vintém para o homem civilizado e foi esse homem que colocou-o nessa situação.

Eu não consegui falar ontem, por estar triste. Triste com o que foi votado, e eu tenho certeza que muito mais gente está triste e os índios estão tristes porque morrem, foram mortos e continuam morrendo por irresponsabilidade da chamada civilização.

Os índios estão tristes. Os pajés estão tristes. Como disse David Kopenawa, "os pajés que já morreram vão querer se vingar, vão querer cortar o céu em pedaços para que ele desabe em cima da terra".

Nós queremos contar tudo isso para os brancos, mas eles não escutam e os brancos da Assembléia Legislativa não escutaram isso ontem. Não escutaram a mensagem dos índios e do pajé David Kopenawa e os índios se vingarão e seus deuses se revoltarão. Temos absoluta certeza, porque o que se fez foi por injustiça e a injustiça muitas vezes é feita com a cara de legal, como aqui foi feito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Arruda) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Ilustres Presidente, Sra. Deputada, distintos Pares.

Aqui estamos hoje para fazer uma grave denúncia no que se refere à poluição do ribeirão Bandeirantes do Norte, que nasce no próspero município de Arapongas e percorre toda a extensão do Município de Rolândia. Quando prefeito do referido município, na época, 1983, a poluição daquele riacho era tão grande que de tempos em tempos era suspenso o abastecimento de água a Rolândia, porque de fato a poluição era de uma intensidade tamanha que impossibilitava o tratamento da água.

Conseguimos com muita luta, transferir a captação de água para abastecimento de Rolândia, num outro ribeirão, Ema. Entre-

tanto, pelo crescimento de nossa cidade, já se faz necessário novamente que volte a captar água naquele ribeirão para o abastecimento de nossa cidade, e dias atrás, a APEMA, associação competente da SUREHMA, fazendo uma vistoria naquele ribeirão, chegou à conclusão que estão sendo despejados dejetos sanitários e resíduos de indústrias e frigoríficos.

É insustentável, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que vem acontecendo naquele ribeirão de relevância e de importância àqueles nossos municípios, mas não tão somente aos dois, aos demais municípios da região, porque esse ribeirão deságua no Paranapanema.

Nesse sentido, encaminhamos à Mesa, requerimento solicitando ao órgão competente, à Secretaria do Meio Ambiente que determine energicamente que se faça um levantamento e que procurem coibir este acontecimento, porque na realidade se torna inviável a vida às margens daquele ribeirão. Agricultores que plantam arroz irrigado já não estão mais podendo fazer uso daquela água, porque realmente a sua situação é insustentável. A vida naquele ribeirão se torna também insustentável em razão da alta poluição.

Por isto, Srs. Deputados, gostaríamos dos seus apoios, porque necessário se faz a aprovação deste nosso requerimento para que possamos cobrar do órgão competente um trabalho decidido, um trabalho forte, para que, de fato, ribeirão Bandeirantes Norte não morra e possa oferecer água em condições, para que Rolândia e outras cidades possam abastecer-se daquele ribeirão.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Arruda) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Albino Corazza.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, e prezada colega nossa, Deputada.

Eu quero neste instante registrar a presença nesta sessão plenária da nossa Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, de duas distintas senhoras: Maria Helena Van Der Neut, esposa do Prefeito Municipal de Irati e D. Rosi Perussolo, esposa do Prefeito Jerônimo Perussolo, do município de Rebouças. A presença das senhoras é uma honra e um orgulho muito grande para a Assembléia Legislativa, pois representam as mulheres do Centro-Sul do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (João Arruda) - Será registrada em ata a presença das distin-

tas senhoras em plenário.

O SR. ALBINO CORAZZA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Quero aproveitar esta oportunidade, já que não tive a oportunidade de fazê-lo antes, de cumprimentar o orador que me antecedeu, o Deputado Eurides Moura que assumiu esta Assembléia há poucos dias e que vem, em boa hora, participar desta Casa de Leis. Sabendo de sua experiência como ex-Prefeito e líder municipalista, lembrando inclusive de muitas marchas a Brasília na época que, como prefeito, juntamente com os demais colegas, lutávamos por uma reforma tributária.

Que a sua presença, Deputado, nesta Casa, seja mais um motivo para que todos possamos lutar por um Paraná e por um Brasil melhores.

Não queria fazer uso da tribuna nesta sessão, mas hoje pela manhã, participando de uma reunião do Bloco Agropecuário onde recebemos o anteprojeto de Lei Agrícola estadual que deverá ser discutida e votada nesta Casa de Leis e com as presenças de representantes e entidades que levantaram os problemas que a suinocultura está atravessando neste momento. Estamos aqui fazendo uso da tribuna para, mais uma vez, reclamar providências para que o Paraná não seja no futuro um Estado falido. Porque, no momento em que a agricultura e a agropecuária falirem, as cidades também falirão. E nós sabemos que o Paraná depende da agricultura e da pecuária.

Dizia-nos o representante da Associação Paranaense de Suinocultores, que os suinocultores do Paraná - principalmente os do Oeste e do Sudoeste, estão numa situação muito difícil, porque não encontram mais o milho para alimentação de suínos.

O Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que não dispõem de estoque de milho, uma vez que a safra foi afetada pela seca, estão levando os estoques do Paraná. E a suinocultura deverá atravessar sérias dificuldades, uma vez que o Governo Federal não liberou recursos para a formação de estoques reguladores, até o presente momento. E nós sabemos que esta situação da suinocultura se completa com a situação que atravessa o trigo no Paraná. Já por várias ocasiões houveram manifestações, apelos, reclamações e as autoridades federais se mostram insensíveis. Na última semana, sabemos que o Governador do Estado e o Secretário da Agricultura estiveram em Brasília, mas as notícias que vimos pela imprensa não são animadoras, porque estão falando de uma nova reunião no mês de maio.

É importante que se registre nesta Casa que o Paraná tem uma época certa para plantar trigo, o Oeste do Paraná já deve-

ria estar concluindo o plantio do trigo e até o presente momento está apenas iniciando e poucos agricultores têm mostrado interesse em plantar o trigo pela situação dos valores que não cobrem os custos de produção.

Nós queremos registrar essa preocupação e que não possamos mais tarde nos arrepender por termos ficado assistindo a tudo isso de braços cruzados. Porque nós sabemos que a força política do Paraná infelizmente não faz motivar as autoridades federais a atender os justos reclamos deste Estado e sabemos também que o Rio Grande do Sul planta o trigo numa época mais tarde, no mês de junho, no final de maio, e é possível que o Governo Federal venha a atender o Rio Grande do Sul, que tem uma época mais tardia que tem provado ao Paraná que tem mais força política, então precisamos nos unir, discutir isso com as nossas lideranças maiores e fazer com que se faça justiça com o Paraná.

Estamos vendo aí a situação com os plantadores de algodão, que já estão vendendo os produtos a preços abaixo dos preços normais de mercado, porque o Governo Federal também não libera o IGF. A agricultura do Paraná está em crise por falta de medidas corretas na hora certa.

Fica aqui o registro, o protesto e o apelo para que o Paraná seja respeitado e se faça justiça com os agricultores deste Estado.

O SR. PRESIDENTE (João Arruda) - No Grande Expediente, consultamos o Deputado Geraldo Cartário, se fará uso do seu horário. (Declina).

No Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PL. (Declina).

Consulto à Liderança do PMDB.

Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós comparecemos na tribuna na tarde de hoje, inicialmente para encarecermos aos Srs. Deputados, de forma indistinta, que aprovemos o Projeto de Lei nº 10/91, que se encontra na Ordem do Dia de hoje, sob a forma de substitutivo da Comissão de Finanças, bem como também a emenda de autoria do Deputado Anibal Khury, anteriormente Luiz Carlos Martins.

Entendemos que a aprovação dessa matéria alcança os interesses do Estado do Paraná e de todo o seu setor produtivo e por essa razão é que nós gostaríamos de vê-la aprovada hoje, para que possamos no dia de amanhã, aprovar também a redação final desse projeto e colocarmos um ponto final neste assunto.

Mas o assunto principal que nos traz à

tribuna, é para fazermos um comunicado nem tanto em nome da Bancada do PMDB, mas especialmente em nome do Bloco Parlamentar Agropecuário.

Hoje, pela manhã, com a presença dos Parlamentares Edson Lino, Severino, Cartário, Cleiton, Corazza, Ovídio e me perdoem se esqueci alguns nomes; nós tivemos uma reunião do Bloco Agropecuário quando a Comissão que foi autorizada pelo Bloco a trabalhar no assunto, apresentou uma primeira versão daquilo que se pretende seja a nossa futura Lei de Política Agrícola, Política Rural ou Política Agropecuária, conforme queira cada um dos senhores.

Esta Comissão, constituída por pessoas ligadas à OCEPAR, à FAEP, à EMATER, à Secretaria da Agricultura e ao Bloco Agropecuário, fizeram um esboço, um roteiro de propostas consolidadas em alguns artigos, o qual pretende-se seja, daqui para frente, amplamente discutido por todas as entidades ligadas ao setor produtivo; seja amplamente discutido em todos os setores classistas e corporações ligadas também ao setor produtivo rural; para que pessoas, a partir de agora e até o dia 15 de maio, receber as sugestões que se fizerem necessárias ao aprimoramento daquele texto inicial, que hoje foi apresentado aos Senhores Parlamentares, na reunião do Bloco Agropecuário e da Comissão de Agricultura, que é presidida pelo Deputado Severino Félix.

Portanto, Srs. Deputados, a partir de hoje e no mais tardar amanhã, estaremos fazendo chegar às mãos de cada um dos senhores e das entidades ligadas ao setor produtivo e das entidades de classe também ligadas a este setor, um roteiro onde este assunto - lei agrícola estadual, deverá ser discutido por estas entidades e por estes segmentos. E, até o dia 15 de maio, estaremos recebendo as propostas, para depois, até o dia 31 de maio, estas propostas serem debatidas, sistematizadas. E aí então, no dia 03 de junho, uma segunda-feira, nós trazermos a este Plenário o projeto de lei agrícola para o Estado do Paraná, que passará a tratar, nesta Casa, por suas Comissões e para que possamos, até o dia final desta sessão legislativa no dia 30 de junho, termos aprovado a Lei Agrícola do Estado do Paraná.

Sabem os Srs. Deputados que temos até o dia 17 de julho para termos a nossa Lei Agrícola promulgada dentro do Estado do Paraná. E queremos que isto aconteça até o dia 30 de junho.

Portanto, de hoje até o dia 15 do mês de maio, estaremos recebendo no Bloco Agropecuário as sugestões ao texto que chegará às mãos de cada um dos Senhores. Do dia 15 ao dia 31 estaremos discutindo estas sugestões, sistematizando e elabo-

rando o primeiro projeto que será posteriormente, no dia 03 de junho, colocado para tramitação, nesta Casa. E, queremos que ele seja aprovado, finalmente, até o dia 30 de junho. Desta forma, cumprimos uma disposição constitucional e cumprimos, também, com aqueles compromissos que todos nós temos com o setor produtivo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 23/91, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, objetivando a criação de cargos administrativos no Tribunal de Alçada. À Diretoria Legislativa, para as devidas providências.

Projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Artagão Mattos Leão e Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Cezar Silvestri e Albino Corazza, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 10/91, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 03/91), que dá nova redação ao artigo 4° da Lei n° 4.529 e ao artigo 7° da Lei n° 5.515 (Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE). Com PARECERES: DA C.C.J., FAVORÁVEL, por unanimidade, na forma da Emenda Substitutiva Geral da Comissão, da C.F., CONTRÁRIO à emenda substitutiva geral da C.C.J., e FAVORÁVEL, na forma da Emenda Substitutiva Geral da C.F. - Em Regime de Urgência. Com Emenda de 2.<sup>a</sup> Discussão.

Em votação o substitutivo geral, sem prejuízo da emenda apresentada em 2.<sup>a</sup> discussão, já aprovada. O substitutivo geral é da Comissão de Finanças. APROVADO o substitutivo geral.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, nós requeremos a chamada nominal para o processo de verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Inês já é morta, Vossa Excelência só pode requerer verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu gostaria de chamada nominal, Vossa Excelência não pretende...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É a tal história da lei, como é Deputado Crisóstomo?

Vossa Excelência insiste na verificação de votação?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Não, chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Chamada nominal, infelizmente não é possível.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente é matéria vencida, Vossa Excelência já deu a matéria como aprovada, não há como chamada nominal e nem verificação de votação, ninguém pediu verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Pessuti pediu verificação de votação com chamada nominal.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Nós pedimos chamada nominal, Sr. Presidente, nós queremos a presença de todos os Deputados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós vamos fazer o seguinte: - vamos receber a contribuição de Vossa Excelência e apresentar uma emenda regimental.

Em votação a emenda, já aprovada em 2.<sup>a</sup> APROVADA.

O DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, ontem foi aprovado um requerimento de minha autoria propondo aquela Comissão Interparlamentar a respeito da greve dos professores.

Eu gostaria que Vossa Excelência agilizasse, o mais rápido possível, para que pudéssemos, com máxima urgência, marcar audiência com o Governador. E quando eu digo máxima urgência é para amanhã, porque senão fica muito tarde e o movimento permanece.

Conforme sugestão agora de meu companheiro de Bancada, o máximo é para hoje, até as 6 horas, porque o Governador viaja amanhã. Então nós gostaríamos que a Mesa agilizasse, com urgência, o que nós pedi-

mos ontem.

A segunda questão, Sr. Presidente, é que eu devo um pedido de desculpa, público, porque ontem me falhou a memória e hoje eu lembrei quem disse que os servidores do BADEP são marajás, não foi o Deputado Durval Amaral e sim o Deputado Neivo Beraldin. Então eu devo esta desculpa ao Deputado e assim formulo de público.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Questão de ordem será decidida após a Ordem do Dia.

A emenda substitutiva está APROVADA, a Mesa vai submeter à redação final na sessão de amanhã.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 17/91, de autoria do Deputado Ernani Pudell e Durval Amaral, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Iguatemi do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, do Projeto de Resolução n° 17/91. Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, já em sessões anteriores, não me recordo do dia, este projeto de resolução foi retirado da pauta e hoje, novamente retorna. E eu entrei em contato com o IBGE, infelizmente por questões meramente burocráticas o IBGE faz uma consulta que é dirigida à sede, no Rio de Janeiro, para informar, para fazer a certidão do número de eleitores situados no município que seria, nesse caso município de Iguatemi.

Então eu já tenho informações do representante da delegacia local do IBGE, e no máximo em 20 dias esta certidão estará em nossas mãos. Então eu solicito a Vossa Excelência que coloque em votação e que também os Parlamentares aprovem este projeto de resolução e nós aguardaríamos até a chegada da certidão que seria anexada nesse projeto e devidamente enviada ao Tribunal Regional Eleitoral.

Embora eu concorde que deva haver sempre a existência dos pré-requisitos para que nós aprovemos a criação de municípios, se trata de um caso especial, até porque a prática, a praxe nesta Casa sempre foi essa, e nós estaremos dando condições que esse plebiscito seja realizado ainda este ano e também dando condições para que se faça, caso a população opine pela criação do município ainda no próximo ano, em

1992, possa eleger o seu Prefeito, a sua Câmara de Vereadores, ou seja, instalar efetivamente o município, sob pena de nós protelarmos essa criação e a instalação efetiva do município apenas para 1996. Então, é esse o apelo que faço a Vossa Excelência e aos demais colegas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento. O requerimento solicita a retirada por vinte sessões. Vou submeter a votos por dez sessões.

Srs. Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de n° 829-A, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 852, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 860, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Aprovado.

Deputado Silvestri, eu acho que o requerimento deve ser dirigido à Superintendência da Polícia Federal.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem) - No requerimento não consta Polícia Federal?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Superintendência da Receita Federal.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem) - Então, houve um engano de minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a retificação para Polícia Federal submeto a votos o requerimento. Srs. Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovado.

Requerimento de n° 825, de autoria do Srs. Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para que nós possamos discutir, eu solicito a Vossa Excelência que determine ao 1° Secretário a leitura desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para votação, discussão foi adiada.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Mas eu gostaria que fosse dado ao conhecimento ao Plenário do inteiro teor.

O SR. 1° SECRETÁRIO (João Arruda) - (Lê o requerimento).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento.

Vossa Excelência foi audível ao requerimento?

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Deputado João Arruda está com uma dicção mais aguçada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam o requerimento conservem-se como estão.

APROVADO.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Quero que registre meu voto contrário ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrado.

Requerimento de n° 865, de autoria dos Srs. Deputados Orlando Pessuti, Dobradinho da Silva, Nilton Barbosa e demais Srs. Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 845, de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 850, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 861, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 847, 848, 849, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 853, 855, 856, 857, 858, 859, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 863, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 829, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar.

Sr. Presidente, vamos aprovar este requerimento embora julguemos desnecessário, porque todos somos sabedores que Sua Excelência, o Sr. Roberto Requião, é um profundo conhecedor e atuante nesta área. Entendemos que é desnecessário porque os estudos que estão sendo feitos por Sua Excelência, através da sua assessoria, nos darão, nos próximos dias, subsídios muitos superiores àqueles que o requerimento pre-

Curitiba, terça, em 23.04.91

tende. Mas vamos, dentro da democracia que tem se pautado a Assembléia, recomendar a aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação. Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, pela ordem.

Mais uma vez quero lembrar a Vossa Excelência que o artigo 34 do Regimento Interno estabelece que os membros de comissão temporária serão designados pelo Presidente, por indicação dos Líderes, ou independentemente dela, se no prazo de 48 horas após ser criada não se fizer a escolha.

Bem, tivemos aprovada nesta Casa a criação de uma CPI sobre as Finanças Públicas, que foi apresentada e despachada em 12 de março de 1991. Também uma CPI sobre a questão da Saúde no Estado, que foi aprovada em 06 de março de 1991. Tendo em vista que apesar dos inúmeros apelos já feitos aqui esta Liderança, e até mesmo por Vossa Excelência, e nos parecendo que até o presente momento alguns partidos ou lideranças não têm interesse em indicar os integrantes desta CPI, quero requerer a Vossa Excelência que, de imediato, faça esta indicação em cumprimento ao disposto no artigo 34 do Regimento desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai examinar o requerimento de Vossa Excelência, e amanhã dará sua decisão.

O Deputado Dr. Rosinha requereu...

O SR. DOUTOR ROSINHA - Sr. Presidente, é isto. É que Vossa Excelência falou que ia encaminhar até o final da sessão, só estou lembrando. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa declara constituída a comissão de Líderes que vai intermediar as negociações de ensino superior com Sua Excelência o Sr. Governador. A comissão é constituída pelo PL, a Liderança, PMDB, PDT, PT, PFL, PRN, PSDB, PTB, PSB. Está constituída a comissão.

A Mesa designa Coordenador da Comissão o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Sr. Presidente, então já nestas condições informo aos demais componentes desta comissão que, imediatamente encerrada a sessão, irei até a Casa Civil procurar já marcar esta audiência. Logo em seguida já comunicarei os Líderes dos demais partidos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, encerro a pre-

sente sessão, marcando outra para amanhã com a seguinte Ordem do Dia:

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, para que a gente não volte a cometer os erros que já admitimos ter cometido na sessão de ontem, nós solicitamos que essa Presidência nos dê ciência se está anunciando ou se vai anunciar para amanhã a redação final do Projeto nº 10/91.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa já anunciou duas vezes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrado a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Proposição nº 89/90, veto aposto ao Projeto de Lei nº 23/90.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 10/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 82/91.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 12ª LEGISLATURA

#### ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e um, às dez horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, com a presença dos Senhores Deputados: Nilton Barbosa, João Iensen, Mário Bezerra, João Preis, Elio Rusch e Nilton Servo. O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Nilton Barbosa, abriu os trabalhos, convidando os presentes para, em conjunto, irem à Presidência da Casa para avistarem-se com o Senhor Deputado Anibal Khury, Presidente desta Assembléia, Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano, Primeiro e Segundo Secretários e mais o Diretor Financeiro, Doutor Willians Romanzini, sugestão essa que foi acatada por todos. O Senhor Deputado Anibal Khury recebeu-os e convidou-os a acomodarem-se. O Senhor Deputado Nilton Barbosa expôs então, aos presentes, os motivos que levaram os nobres Deputados a ali reunirem-se, tratando-se de matérias relativas à Comissão de Tomada de Contas, regidas pelo Regimen-

to Interno, Constituições Estadual e Federal, tais como: Prestação de Contas do Governo Estadual, Autarquias, Subvenção Social, Assistência Social, Proposições, etc... Após os esclarecimentos prestados às questões apresentadas, o Senhor Deputado Nilton Barbosa agradeceu a todos os participantes e à Mesa Executiva, que tão bem elucidou os quesitos formulados, reiterando o bom relacionamento que deverá ocorrer entre a Comissão e a Mesa Executiva. O Senhor Deputado Anibal Khury, em seu nome e de seus pares, agradeceu a todos, colocando-se sempre à disposição para o que se fizer necessário, desejando a todos os membros da Comissão, bem como à sua Secretária, um profícuo trabalho junto à Comissão de Tomada de Contas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Deputado Nilton Barbosa deu por encerrada a reunião, do que, para constar, lavrei a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão, Senhores membros e por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão.

(aa) Deputado NILTON BARBOSA  
Presidente

MARIA REGINA SUBTIL  
Secretária

Membros:

Deputado João Iensen  
Deputado Mário Bezerra  
Deputado Nilton Servo

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA

#### ATA DA 4.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e um, às dez horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, o Senhor Presidente, Deputado Nilton Barbosa, abriu a reunião para apreciar o Projeto de Lei n° 79/91, que foi relatado pelo Senhor Deputado João Iensen, com Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, acompanhando o Parecer emitido pela Comissão de Finanças, que teve como Relator o Senhor Deputado Alceu Swarowski. Após lido o Parecer, foi aprovado por unanimidade de seus pares. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, marcando a próxima reunião, quando da existência de matéria específica, do que, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presi-

Curitiba, terça, em 23.04.91

dente da Comissão, Senhores membros e por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) Deputado NILTON BARBOSA  
Presidente

MARIA REGINA SUBTIL  
Secretária

Membros:

Deputado João Iensen  
Deputado Alceu Swarowski  
Deputado Geraldo Cartário  
Deputado Mário Bezerra

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA

#### 6.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente, na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Colombino Grassano, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Costenaro Neto, Mário Bezerra, Valdir Rossoni, Hermas Brandão, Ovídio Constantino, Luiz Carlos Martins, João Iensen, Emília Belinati, José Tavares, Plauto Miró Guimarães e Rafael Greca. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, comunicando a ausência justificada dos Senhores Deputados Nelson Justus e José Afonso Júnior. Dispensada a leitura da Ata, face à distribuição antecipada, foi a mesma aprovada por unanimidade. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: dada a palavra ao Senhor Deputado Ovídio Constantino para o relato das matérias a ele distribuídas, manifestou-se no sentido de uma definição por parte da Comissão a respeito dos Projetos de Lei que visam a criação de municípios. O Senhor Presidente determina que a partir de hoje, todos os Projetos de Lei que objetivarem criar municípios, somente sairão da Comissão de Constituição e Justiça com a documentação completa, exigida pela Lei Complementar n° 56, e mais, havendo necessidade de complementação, será o projeto transformado em diligência e as informações necessárias serão solicitadas através da Comissão aos órgãos competentes. 01) Projeto de Lei n° 92/91, de autoria do Deputado Basílio Zanusso. Relator: Senhor Deputado Ovídio Constantino. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 103/91, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari. Relator: Senhor Deputado Ovídio Constantino, requer seja o mesmo transformado em diligência junto ao autor.

DEFERIDO. 03) Projeto de Lei n° 108/91, de autoria do Deputado Nilton Servo. Relator: Deputado Ovídio Constantino. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 128/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator: Deputado Ovídio Constantino. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 093/91, de autoria do Deputado Basílio Zanusso. Relator: Deputado Antônio Costenaro Neto, requer seja o mesmo transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 06) Proposição-Veto n° 106/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício n° 145/90, que veta o Projeto de Lei n° 398/89, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator: Deputado Antônio Costenaro Neto. Parecer pelo ARQUIVAMENTO - APROVADO. 07) Projeto de Lei n° 104/91, de autoria do Deputado Duílio Genari. Relator: Deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei n° 112/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator: Deputado Hermas Brandão, requer seja o mesmo transformado em diligência junto ao autor e ao Poder Executivo. DEFERIDO. 09) Projeto de Lei n° 111/91, de autoria do Deputado Renato Adur. Relator: Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 10) Projeto de Lei n° 098/91, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator: Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 11) Projeto de Lei n° 126/91, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Relator: Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 12) Projeto de Lei n° 130/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator: Deputado Mário Bezerra. Parecer pelo ARQUIVAMENTO - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Everlei Terezinha Cleto, Secretária da Comissão.

(aa) Deputado COLOMBINO GRASSANO  
Presidente

EVERLEI TEREZINHA CLETO  
Secretária

10 (dez) ilegíveis

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA

#### ATA DA 2.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se extraordinariamente na Sala de Reunião das

Comissões, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, João Iensen e Nelson Garcia. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, solicitando ao Secretário que proceda a leitura das Atas das reuniões anteriores. O Senhor Deputado João Iensen, requer dispensa da leitura das Atas. O Senhor Presidente defere. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 105/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 013/91. Relator: Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(a) DURVAL AMARAL  
Presidente

(a) WILSON PENKA  
Secretário

(aa) 4 ilegíveis

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA

#### ATA DA 4.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Mário Bezerra, Alceu Swarowski, João Iensen, Nelson Garcia e mais o Senhor Deputado Nilton Cezar. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 79/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator: Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL pela apreciação em Plenário - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 82/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese e outros. Relator: Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL pela apreciação em Plenário, com EMENDA ADITIVA do Relator - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 106/91, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício n° 21/91. Relator: Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL pela apreciação em Plenário - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 55/91, de

autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator: Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 51/91, de autoria do Deputado Renato Adur. Relator: Deputado João Iensen. Requer seja o mesmo transformado em diligência junto ao Departamento de Estradas de Rodagem da Secretaria de Estado dos Transportes. DEFERIDO. 06) Projeto de Lei n° 95/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator: Deputado João Iensen. Parecer VERBAL PELO ARQUIVAMENTO - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente en-

cerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(a) DURVAL AMARAL  
Presidente

(a) WILSON PENKA  
Secretário

(aa) 4 ilegíveis